

Discurso da tomada de posse do novo Reitor da ULHT

Professor Doutor Mário Moutinho

Cumprido-me desde já expressar o meu agradecimento pela prova de confiança que me foi dada. Falta saber se estarei à altura das tarefas, o tempo o dirá.

Gostaria de deixar claro que não pretendo substituir o sr. reitor professor Fernando Santos Neves, não por falsa modéstia, mas por reconhecer que me falta a sua visão (verdadeiramente visionária e esclarecida) do lugar da Universidade em geral, e da Lusófona em particular, na sociedade contemporânea, na base da qual e à volta da qual, este projeto *Lusófona* se consolidou.

Também não tenho desejo nem competência para me envolver nos assuntos próprios da Administração, pois também aqui todos temos de reconhecer que beneficiamos de uma administração na pessoa do professor Manuel Damásio também visionária e esclarecida que tem sabido e provado encontrar os caminhos certos e construído os alicerces que nos possibilitam ver com tranquilidade o nosso futuro comum.

Apenas pretendo atuar no sentido de facilitar a realização de objetivos, alguns dos quais já previstos, mas ainda não suficientemente concretizados, mas que atualmente, não podem ser mais adiados. Outros resultam tão simplesmente do respeito por orientações europeias sobre diferentes matérias em particular da área Educação, parte das quais até já estão inscritas no ordenamento jurídico português.

Habitados que estamos a ver aparecer legislação que na sua roupagem de novidade apenas visa consolidar procedimentos esgotados, confesso que pela primeira vez tenho que reconhecer que todos os últimos documentos legais que visam dar nova forma e sentido ao ensino superior em Portugal nos colocam num contexto de desafio, de inovação e de responsabilidade social. (Bolonha, avaliação da qualidade, acreditação são questões essenciais.)

Mas sobre esta nova legislação, a feita e a por fazer, ouviremos o sábio e fundamentado entendimento do professor Vasconcelos e Costa.

São documentos que visam levar as universidades a um desempenho consistente inovador e criativo ao serviço do desenvolvimento do País.

E esse desenvolvimento para ser de facto desenvolvimento será obrigatoriamente e em simultâneo essencialmente tanto europeu como lusófono.

Neste contexto importa pois compreender esses desafios e através do nosso trabalho quotidiano não só dar-lhes forma, mas fazendo prova de criatividade levá-los tão longe quanto as condições reais e o bom senso assim o permitam

Gostaria de convidar todos a colocarem na vossa agenda, na parede do lugar onde trabalham em casa, no desktop dos

vossos portáteis não uma frase inspiradora como a que rege esta universidade *Humani nihil alienum Nada do que é Humano nos é estranho*, e que por ser fundadora é e será sempre uma orientação profunda, mas numa forma prosaica e pelo menos para os próximos 2 anos as alínea a) a i) do Artigo 4 da Lei da Assembleia da República sobre a Avaliação da Qualidade do Ensino Superior.

São parâmetros dessa avaliação e passo a citar:

- a) O ensino ministrado, nomeadamente o seu nível científico, as metodologias de ensino e de aprendizagem e os processos de avaliação dos estudantes;
- b) A qualificação do corpo docente e a sua adequação à missão da instituição;
- c) A estratégia adotada para garantir a qualidade do ensino e a forma como a mesma é concretizada;
- d) A atividade científica, tecnológica e artística devidamente avaliada e reconhecida, adequada à missão da instituição;
- e) A cooperação internacional;
- f) A colaboração interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional;
- g) A eficiência de organização e de gestão;
- b) As instalações e o equipamento didático e científico;
- i) Os mecanismos de ação social.

Não me vou alongar naturalmente sobre todas estas questões, todas elas da maior relevância. Apenas abordarei algumas delas e mesmo assim muito terá que ser entendido nas entrelinhas.

a) O ensino ministrado, nomeadamente o seu nível científico, as metodologias de ensino e de aprendizagem e os processos de avaliação dos estudantes;

Esta tarefa encontra a Lusófona numa situação tão boa quanto os termos em que foi avaliada pela EUA e cujo parecer foi publicado já este ano.

É necessário que neste primeiro ano de funcionamento do novo modelo organizativo de Faculdades, Institutos e Escolas, estas instancias saibam aprofundar os desafios e atuar de forma a continuar, a garantir, e naturalmente, a melhorar todo o que diz respeito ao domínio propriamente dito do ensino/aprendizagem.

É um importante desafio para a ULHT a generalização da utilização de recurso tecnológicos de Comunicação já instalados, de modo a assegurar a presença de todos os cursos com os seus conteúdos científicos/pedagógicos na WEB, sob as

mais variadas formas: Internet tradicional, novos modelos de comunicação e sobretudo dos recursos de E-Learning mais adaptados a cada situação.

Neste campo cabe mencionar a disponibilização da Plataforma MOODLE em pleno funcionamento, mas ainda não utilizada plenamente nos diferentes cursos, disciplinas e demais atividades. Neste domínio a Lusófona já ocupa o 3º lugar em Portugal como maior utilizador apenas antecedida pela Universidade de Aveiro e pela Universidade do Porto.

Estamos a falar de uma nova responsabilidade para os diretores de cursos, professores das diferentes disciplinas e naturalmente diretores das Faculdades, Institutos e Escolas. Nada deverá impedir que até ao fim do 1º semestre cada um assumas as suas responsabilidades. Todos sairemos a ganhar.

De Bolonha está feito talvez o mais fácil “Cumpriu-se Bolonha”. Praticamente todo o ensino está conforme às orientações da reforma. Falta agora o mais difícil: integrar plenamente na Lusófona o sentido profundo da reforma que é bem mais que uma reorganização dos percursos escolares.

b) A qualificação do corpo docente e a sua adequação à missão da instituição;

Esta matéria é particularmente sensível pois mexe com hábitos, com contextos profissionais, laborais e familiares que não podemos ignorar. Mas uma coisa é certa: a qualificação do corpo docente da ULHT é uma tarefa prioritária e do sucesso da qual depende grandemente a nossa capacidade de afirmação e de liderança.

É verdade que comparativamente a outras universidades subsidiadas e autofinanciadas (vulgarmente designadas por Públicas e Privadas) a situação da Lusófona é certamente boa. Para isso temos trabalhado. Mas importa agora que na medida do possível todos os nossos docentes sejam doutorados. Os mestres devem avançar para o doutoramento e os licenciados para o mestrado.

Neste caso a ULHT cobre todas as grandes áreas do conhecimento. No caso dos doutoramentos a situação é menos favorável pois este será o primeiro ano em que o Ministério autorizou a realização de cursos de doutoramento (seis) (lembro que os primeiros pedidos foram entregues há 9 anos e não foram sequer tidos em consideração).

Até 15 de novembro todas as nossas Faculdades, Institutos e Escolas, têm por missão não adiável, a apresentação de dossiês de pedido de funcionamento de cursos de doutoramento, tarefa esta que já está a ser cumprida em muitas áreas.

Cumpra-nos dar condições para a qualificação do nosso corpo docente, facto que não exclui naturalmente lembrar que não só em Portugal como no estrangeiro existe uma escolha vasta de cursos de mestrado e de doutoramento porventura mais adequados ao perfil de cada um.

O mínimo da vontade de melhorar a própria qualificação será organizar e entregar os respetivos pedidos de bolsa de estudo na FCT ou noutras instituições nacionais e estrangeiras.

Nada fazer é que não é aceitável.

Para os que optarem por se qualificarem na Lusófona está assegurada a redução dos custos das propinas de 50 %. Ou seja, não sendo tudo, é um sinal claro de que a Lusófona assume esta questão como um desafio que não é só dos docentes mas também diz respeito à própria universidade. Evidentemente que da mesma forma que cada aluno é um caso específico, cada docente é também um caso que merece ser tratado de forma própria.

Mas não tenhamos ilusões: o desafio da qualificação que tem sido uma preocupação permanente, tem agora de ser levado ainda mais a sério e em tempo claramente limitado.

d) A atividade científica, tecnológica e artística devidamente avaliada e reconhecida, adequada à missão da instituição;

Neste campo a ULHT encontra-se numa situação particularmente favorável em relação às universidades autofinanciadas e numa situação claramente menos favorável em relação a algumas das universidades subsidiadas. No primeiro caso fizemos o que devíamos e disso é testemunha o lugar que temos vindo a ocupar e que mais uma vez ficou expresso na avaliação da EUA

Consideramos que um ensino de qualidade assenta forçosamente na permanente renovação e criação de saberes por parte dos docentes, envolvendo atitudes e aptidões mais criativas por parte dos discentes.

Reconhecemos também que a Universidade tem responsabilidades para com o desenvolvimento do país, as quais passam pela existência de um “campus” científico consistente mas sobretudo atento ao país “real”: lusófono, europeu e global.

Foi assim neste enquadramento que se formaram 6 unidades de investigação, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Psicologia, Educação, Comunicação e

Economia, avaliadas e financiadas pelo Programa Plurianual da FCT, envolvendo 120 investigadores doutorados, mais doutorandos, mestres e mestrandos.

Os nossos investigadores e a própria Universidade participam em ações conjuntas em diversas redes nacionais e internacionais envolvendo dezenas de universidades estrangeiras, em particular europeias, brasileiras e norte-americanas.

As revistas científicas da Lusófona são um exemplo de sucesso. São 16 revistas, das quais 13 estão disponibilizadas também em texto integral on-line. Dos 600 artigos publicados nos últimos dois anos, 300 foram escritos por investigadores/docentes da Lusófona, 140 vieram de outras universidades portuguesas e 160 de universidades estrangeiras.

Os conselhos de redação foram compostos por 90 pessoas da ULHT, 70 de outras universidades portuguesas e outros 70 de instituições estrangeiras.

Todas estas revistas estão já indexadas em várias redes internacionais de revistas científicas depois de terem sido devidamente avaliadas. E este processo longe de estar parado vai neste ano letivo ver aparecer novas revistas como no caso da Veterinária.

Todo este trabalho teve por base o enquadramento organizacional proposto pela FCT – conceito de Unidade de Investigação, formas de avaliação, apoio de Comissões Internacionais de Acompanhamento e demais exigências formais. Adotámos conscientemente este modelo, por o entendermos como o mais sensato e mais condizente com as necessidades de um processo que na verdade há tão pouco tempo se iniciou.

O Estatuto do Investigador da ULHT, permitindo aos docentes conjugar tempo de docência com tempo de investigação tendo por base a sua atividade nas unidades, nos projetos e demais produção científica, testemunha que na ULHT a investigação tem estado no centro da nossa atenção e levada muito a sério.

Declaradamente entrámos numa fase de consolidação, de confiança e de recolha das primeiras mais valias.

Mas se o caminho andado já é muito evidentemente isso não significa que agora possamos parar. Antes pelo contrário, temos é responsabilidades acrescidas. A investigação é garante da qualidade do ensino e o alicerce para o trabalho a desenvolver ao nível dos mestrados e doutoramentos.

Os processos de avaliação em curso vão permitir certamente e estão já a provocar a necessidade de criar novos modelos de organização mais adequados aos atuais e efetivos recursos que dispomos, e mais articulados com as diferentes áreas de atuação da Lusófona. A reorganização da área da

investigação, que tendencialmente será cada vez mais exigente, será cada vez mais exigente, acredito será feita de forma tranquila mas certamente com datas e metas a cumprir.

e) A cooperação internacional;

Esta questão é uma daquelas em que a Lusófona tem atuado de forma consistente e em certos domínios de forma pioneira. Mas há certamente mais e melhores coisas a fazer.

A questão da internacionalização é certamente uma forma de escaparmos ao “orgulhosamente sós”. E só isso seria já uma razão para a ela dedicarmos toda a atenção. Mas sendo isso, não é só isso, pois é sobretudo a forma de buscarmos e trocarmos saberes, prazeres e afazeres que só um olhar aberto para o mundo que nos rodeia, pode dar sentido.

É trabalho bem feito esta universidade receber tantos e em tantas áreas alunos Erasmus todos os anos e inclusive acolher em ações de integração alunos Erasmus que se destinam a outras universidades.

É um trabalho bem feito acolhermos o maior programa nacional de apoio à qualificação de alunos dos PALOPs onde cerca de 1200 estudantes anualmente encontram na Lusófona a esperança e a possibilidade de poderem dar um mais qualificado contributo ao desenvolvimento dos seus países.

Mas nos tempos que aí vêm é preciso rever este vasto programa numa perspetiva de internacionalização e não somente como um programa de atribuição de bolsas de estudo.

Importa agora alargar esta cooperação ao Brasil e aquelas partes do mundo onde se insiste em falar português, em escrever português.

Uma parte considerável da internacionalização da Lusófona em particular no domínio dos alunos será certamente em língua portuguesa

Mas a internacionalização tem agora mais amplos horizontes. Ao nível da troca de docentes os passos já dados têm de ser agora maiores e mais longos. Ao nível das cooperações para a investigação também importa aprofundar as relações existentes e encontrar novos parceiros.

A criação de cursos em línguas estrangeiras deve estar sempre presente na definição dos objetivos de cada Faculdade, Instituto ou Escola

O desafio é pois levar mais longe este processo Mais alunos nossos no estrangeiros, Mais alunos estrangeiros nos nossos cursos, mais professores e investigadores nossos no estrangeiro e mais professores e investigadores estrangeiros

no Campo Grande. E naturalmente nos outros estabelecimentos do Grupo Lusófona.

Este processo de internacionalização é aquele que de forma mais consistente poderá ajudar-nos a ultrapassar, tanto dificuldades nossas, como também do ensino universitário em Portugal.

f) A colaboração interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional;

Neste domínio a situação é certamente mais complicada pois ao longo dos anos não só se consolidaram na Lusófona isolamentos, alguns dirão autismos ou como tenho denominado mais simplesmente por “repúblicas autónomas”.

Falta mais vezes do que o desejável, a capacidade de rejeitar aquilo que alguns julgam ser a ciência com letra grande (a sua em particular) e neste sentido, longe dos ensinamentos daquilo que constituiu a ideia central da disciplina de Introdução ao Pensamento Contemporâneo, passem cada vez mais, a procurar nos outros saberes aquilo que provavelmente dará até sentido àquilo que ensinam.

Por isso se a interdisciplinaridade entre saberes específicos é cada vez mais uma necessidade cabe em primeiro lugar às Faculdades, Institutos e Escolas saber encontrar complementaridades e parcerias, mutuamente e para todos, enriquecedoras.

Houve anos em que a ideia de existir na Lusófona a disciplina de IPC obrigatória em todos os cursos arrepiava muita e até eventualmente bem intencionada gente. Mas hoje onde as competências transversais se tornaram uma nova moda académica, felizmente que se aceita que serão estas competências transversais que farão a diferença que dará porventura aos nossos alunos a possibilidade de serem melhores, mais capazes de se adaptar a novas situações e de aproveitar melhor as oportunidades que souberem construir.

É pois necessário atuar nas áreas da liderança, da gestão de projectos, da inovação, das estratégias cognitivas, do tratamento de informação, do relacionamento interpessoal e de grupo e atribuir a estas novas competência a devida creditação de ECTS. Estas competências são parte considerável do interesse que representa o Suplemento ao Diploma previsto na Reforma de Bolonha

Exagerando um pouco arriscaria sugerir a criação de um departamento de Competências Transversais devidamente dotado de recursos humanos e tecnológicos que assegurasse para toda a Universidade Lusófona e porque não para todo o Grupo Lusófona essas mesmas competências para os alunos,

ex-alunos e docentes. Confesso até que gostaria de vir a trabalhar nesse departamento. Seria um caso de verdadeira colaboração interdisciplinar e interdepartamental.

A questão do domínio de pelo menos uma língua estrangeira é essencial. É preciso que todos os nossos alunos ao saírem da Universidade sejam capazes de prosseguir a sua aprendizagem ao longo da vida, participar em eventos internacionais, trabalhar em qualquer lugar da terra ou simplesmente saber falar quando precisam ou ler quando desejem. Não há por que adiar a tomada de decisões que tornem efetivo a questão das línguas estrangeiras nesta Universidade.

Já a interinstitucionalidade universitária é mais difícil de atingir pois assenta nas barreiras que o Ministério criou ao longo dos anos entre instituições e os preconceitos de todos os tipos. Ainda hoje é mais fácil ir estudar para fora do que pedir uma simples transferência entre universidades. Neste campo apenas podemos afirmar que a Lusófona sempre esteve e estará aberta à colaboração com outras universidades subsidiadas ou autofinanciadas desde que daí resultem mais-valias mútuas para o ensino e a para a investigação.

Passei em revista alguns dos aspetos sobre os quais a Lusófona vai ter de prestar contas, para nós internamente, mas também para o exterior.

Não falei especificamente dos alunos é verdade. Mas para bom entendedor meia palavra basta.

Tudo o disse apenas faz sentido se entendido na perspetiva dos alunos. A missão desta universidade é colocar docentes e alunos num contexto criativo e rigoroso de ensino/aprendizagem visando formação dos recursos humanos que o país necessita mas que ao mesmo tempo sejam cidadãos dotados de uma profunda consciência crítica do mundo em que vivem. E neste contexto que se desejam associações de alunos fortes activas e promotoras de valores que ajudem todos a crescer.

Aqui ganham assim também sentido todos os serviços não diretamente letivos, ficando claro que todas as ações que tomam, se refletem na vida académica e que por isso, deixam de ser puramente administrativas ou técnicas para passarem a ser parte essencial da Academia. A todos compete o princípio da ajuda da colaboração consciente e permanente. Cumprir tarefas bem, podemos até admitir que é relativamente simples. Mas fazer e antever como isso ajuda ou prejudica os outros é bem mais complicado obrigando-nos a todos a dar sempre mais atenção ao que está e a quem esta à nossa volta.

Passei em revista alguns dos assuntos que julgo merecem de todos uma atenção particular de forma sincera, convicta e eficaz.

Ficou por abordar a consolidação dos órgãos académicos e científicos, o lugar dos nossos ex-alunos como a base de uma rede de intervenção social, profissional em Portugal e no estrangeiro e a responsabilidade da universidade para com a sua formação ao longo da vida, a reorganização geral da já tão ativa a área da extensão universitária de modo a melhor corresponder à missão da universidade ou ainda do funcionamento do Conselho Geral que deverá ser efetivamente o espelho da sociedade para que possa ser verdadeiramente um recurso para o melhor desempenho da universidade. Teremos oportunidade de a estes e outros assuntos voltarmos.

Os tempos que vêm por aí são tempos de trabalho e de convicções fortes. São tempos de partilha e de insónia. Mas sobretudo serão tempos de portas abertas onde cada um ao seu jeito terá espaço para agir, fazer aquilo que noutros lugares seria porventura estranho, mas que aqui na Lusófona, como pelo passado, manteremos no entendimento da ideia essencial e fundadora de que tudo o que é humano CLARO que nos diz respeito.